

Tudo pronto para cassações começarem

CARLOS MOURA

O relatório preliminar da CPI do Orçamento será suficiente para iniciar o processo de cassação do mandado de diversos deputados. O rascunho da introdução traça um cenário da situação do País a partir das denúncias sobre malversação de verbas orçamentárias e fornece os dados necessários ao encaminhamento do processo contra diversos parlamentares. O documento foi entregue ontem ao presidente da CPI, senador Jarbas Passarinho (PPR-PA), pelo relator, deputado Roberto Magalhães (PFL-PE).

A versão final do documento preliminar, porém, só deverá ser trazida a público no dia 21 ou 23 de dezembro, de forma a permitir que o relator incorpore as informações contidas nos documentos das subcomissões. Em uma segunda etapa, no relatório final, Roberto Magalhães terá oportunidade de analisar o caso dos demais parlamentares, não contemplados na versão inicial, de modo a isentá-los totalmente ou fornecer os indícios para sua cassação.

O relator da CPI não avalizou o pedido dos demais parlamentares



Roberto Magalhães: rascunho já fornece os primeiros elementos

que pretendem convocar Paulo César Farias para depor sobre os desvios de verbas orçamentárias. Segundo ele, o depoimento de PC não é importante e se for realizado no plenário da CPI, será conduzido em um clima "fêrrico". "Ele deveria ser ouvido por uma das subcomissões", concluiu Magalhães com a prudência que lhe é peculiar.

Expulsão — A cúpula do PPR está disposta a dar o primeiro

passo e se livrar hoje do peso de ter em seus quadros o principal implicado no escândalo do Orçamento. A executiva nacional do partido reúne-se as 16h para votar a expulsão do deputado João Alves (PPR-BA), que será proposta pela comissão de ética. A iniciativa de expulsar Alves antes mesmo da conclusão dos trabalhos da CPI do Orçamento partiu dos representantes do PPR na comissão, deputados Fernando

Freire (RN) e Pedro Pavão (SP), e contou com o apoio do presidente do partido, senador Esperidião Amin (SC). A defesa de Alves está sustentada nas premiações de loteria — ele ganhou 410 vezes.

Mas nem tamanha sorte foi suficiente para convencer o PPR da origem dos 32 milhões de dólares creditados nas contas bancárias de Alves nos últimos cinco anos, segundo levantamento da própria CPI. O relatório da comissão de ética do PPR apresentará à executiva do partido cópias de dois cheques de Alves a José Carlos. No dia 21 de fevereiro de 1991, Alves depositou na conta de José Carlos um cheque da agência da Caixa Econômica Federal no Congresso no valor equivalente a 22.467 dólares e, no dia 7 de março foram mais 32.150 dólares.

Para propor a expulsão de Alves, a comissão de ética buscou subsídios nas provas documentais levantadas contra o deputado nas subcomissões que tratam da movimentação bancária, do patrimônio, das subvenções sociais, das emendas ao Orçamento e empreiteiras beneficiadas com as obras. Um dos caciques do PPR diz que há provas contra Alves em todas as subcomissões.